

PINA, Rui de — Crônica do Rei D. Duarte. Edição organizada por Antônio Borges Coelho. Lisboa, Editorial Presença, 1966, 220 pp.

A Editorial Presença lançou recentemente o nono volume da Biblioteca de Literatura e Crítica. Trata-se da **Crônica do Rei D. Duarte**, de Rui de Pina, em edição organizada por Antônio Borges Coelho.

O texto integral da **Crônica** vem antecedido de um prefácio, em que o crítico levanta e analisa importantes problemas relacionados com a obra e seu autor.

A “crônica da tragédia de Tânger”, como a considera Borges Coelho, tem início com os relatos da morte do rei D. João I, antecessor de D. Duarte no trono português, e da importância política do acontecimento. Antes de narrar os insucessos portugueses na expedição ao norte da África, traça Rui de Pina um “singular retrato físico de D. Duarte”, enaltecendo ainda suas virtudes e seus costumes. Seguem-se as narrações dos primeiros atos do novo rei (cunhamento de moedas e envio de embaixadores ao Concílio de Basileia, para exemplificarmos), dos entendimentos entre os infantes D. Fernando e D. Henrique e o rei D. Duarte acerca da empresa à cidade de Tânger, do envio das forças portuguesas à terra africana e das dificuldades que lá encontraram, da morte de D. Duarte e, finalmente, da aclamação de D. Afonso, herdeiro do trono.

Na primeira parte do prefácio, aponta Borges Coelho dois aspectos importantes que se depreendem da leitura da **Crônica**. Inicialmente, o da existência, na época, de três linhas políticas; a primeira, referente ao abandono de Ceuta e das praças africanas, a segunda, à conquista de terras no litoral e a última, ao domínio dos campos marroquinos. Afirma ainda que o rei D. Duarte foi atraído por esta última linha “que os acontecimentos narrados pela crônica levam a condenar”. O segundo aspecto de importância é o da existência, na corte portuguesa, de um ambiente humanista, caracterizado por vários elementos: “Os conselhos e os regulamentos escritos para a expedição, a astrologia do mestre Guedelha, o debate já referido sobre se os mouros devem ser convertidos pelo ferro ou por virtuosos exemplos, a referência do parecer de D. João à “autêntica Escritura”, os estudos e livros de D. Duarte, as cerimônias fúnebres que acompanham o rei defunto à Batalha, o clérigo agostinho que “por sua muito ciência e agudeza” é escolhido para a embaixada de Nicolau de Cusa a Constantinopla, embaixada que demove a virem ao Concílio de Florença os sábios e teólogos gregos; os doutores que.

como Diogo Afonso Mangancha, “letrado e bem eloquente”, substituem os clérigos no púlpito, como êste Diogo Afonso em S. Domingos” (p. 11).

Do ponto de vista da veracidade histórica da obra, o prefaciador, na segunda etapa do prefácio, situa uma série de documentos que comprovam grande parte dos acontecimentos narrados por Rui de Pina. A **Crônica do Infante Santo D. Fernando**, de Frei João Álvares, a carta de um combatente, publicada por Domingos Maurício na revista **Brotéria**, um documento de 4 de dezembro de 1438, onde se fala “no Cêrco do palanque até ao recolhimento do infante D. Henrique”, e que faz parte dos **Descobrimientos Portuguezes**, publicados por Silva Marques, são alguns exemplos dentre os apontados pelo crítico. Parece-nos que Borges Coelho consegue provar, dentro da limitação imposta pelo prefácio, que “poucas (crônicas) se poderão comparar a ela na soma de documentação que garante as linhas essenciais e até pequenos aspectos de pormenor”. (p. 13).

Por muito tempo duvidou-se e ainda hoje se duvida da honestidade intelectual de Rui de Pina. Foi o cronista, verdadeiramente, o autor, o autor da volumosa obra historiográfica que lhe é atribuída? Em suma, foi Rui de Pina o autor da **Crônica do Rei D. Duarte**? Boa parte da crítica moderna é de opinião que a maioria das obras do cronista português foi calcada em elementos escritos por Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara. A êsse respeito dedica Borges Coelho a terceira parte do prefácio, a mais longa, diga-se de passagem. São dêle as palavras: “A ordenação da crônica pertence ao compilador que assina Rui de Pina. A êle pertence igualmente o critério de seleção dos fatos (ou melhor, a segunda seleção dos fatos), o prólogo, a aguarela final, o borrão geral que unifica todos os elementos da pintura. No resto, como acontece com as **Crônicas** dos nossos primeiros reis, parece-nos que Rui de Pina se serve de elementos elaborados por Fernão Lopes. A Fernão Lopes pertence, a ser assim, a primeira versão das **Crônicas** dos nossos primeiros reis, a **Crônica de D. Pedro, de D. Fernando e de D. João I** e é êle que elabora e escreve os elementos capitais de que se servem Zurara na **Crônica da Tomada de Ceuta**, Rui de Pina na **Crônica de D. Afonso V** até ao final da crise que desemboca em Alfarrobeira. O retrato do infante D. Henrique e, portanto, a época da sua morte baliza o final do trabalho dêsse gênio que considero o maior historiador de sempre” (p. 16).

A afirmativa de que “êsses elementos escritos são de Fernão Lopes, designadamente no que se refere aos episódios do Entêrro e morte do rei D. João, ao retrato de D. Duarte, ao cêrco de Tânger”, é baseada em oito argumentos em que o prefaciador assinala, entre outros, a semelhança de estilo e a facilidade encontrada por Rui de Pina em relatar acontecimentos — alguns inclusive pormenorizadamente — que se passaram há 70 anos, num “tom de relato vivido”.

A vida política e literária de Rui Pina é retratada, a seguir, de modo breve, mas preciso. Os dados apresentados — como o de sua

participação na embaixada de 1493 aos Reis Católicos, para a discussão de problemas relacionados com a descoberta da América por Colombo, e ainda o de sua proveitosa amizade com D. Jorge, filho bastardo de D. João II constituem-se de grande importância para o estudo da vida de Rui de Pina, político e escritor profissional.

Ao finalizar o prefácio, o crítico nos dá uma visão rápida da Europa do tempo de Rui de Pina, ressaltando os seguintes aspectos: o fortalecimento da burguesia comercial, que iniciava a luta pelo poder econômico e político, o desenvolvimento do comércio marítimo (Portugal ocupava privilegiada posição geográfica entre os dois circuitos de navegação: o do Mediterrâneo e o do Mar do Norte), a preponderância da Itália, nas artes e nas ciências, a Reforma religiosa, iniciada em 1517, “com as 95 proposições fixadas por Lutero na porta da igreja do castelo de Wittemberg”.

O texto da presente edição foi baseado no da **Coleção de Livros Inéditos de História Portuguesa** (1790), edição da Academia, “satisfatória no que respeita ao estabelecimento do texto”, tendo sido feita a atualização das palavras, com exceção das que caíram em desuso, as quais um glossário registra no fim do livro. Observe-se, contudo, a ausência de notas explicativas do texto, sempre úteis nestas edições, bem como a falta de uniformização na citação das obras.

É necessário, em conclusão, ressaltar a iniciativa da Editorial Presença que, após a publicação de várias obras de autores do século XIX e XX, notadamente de Eça de Queirós, voltou-se para as obras primeiras da literatura portuguesa, pois, como bem afirma Antônio Borges Coelho, “já é tempo das nossas crônicas quatrocentistas deixarem de ser peças de museu e que, embora estabelecendo o texto com o máximo rigor, se tragam êsses magníficos frescos da vida portuguesa para os olhos dum largo público...” (p27).

CARLOS ALBERTO IANNONE